

## HOMOSSEXUALIDADE, MODERNIDADE E TRADIÇÃO GREGA

Daniel Barbosa dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo, por um lado, fazer uma análise cultural da categoria *homossexualidade*, ao colocar em evidência a construção histórica tanto do conteúdo de seu conceito quanto da identidade produzida por este fenômeno desde então na modernidade e, por outro, verificar a influência, em diversos momentos e de diversas formas (historiografia e literatura), da tradição grega, especialmente o *homoerotismo clássico ateniense*, (nesta construção histórica). A relação que se quer verificar é, portanto, a que se estabelece entre a tradição clássica do helenismo e a construção da homossexualidade na modernidade, bem como sua luta política.

**PALAVRAS-CHAVES:** Homossexualidade. Modernidade. Helenismo.

**ABSTRACT:** This article intends, on the one hand, to make a cultural analysis of the category *homosexuality*, showing clearly the historical construction of as much the content of its concept as the identity produced by that phenomenon ever since in the modernity and, on the other hand, to verify the influence, in different moments and ways (historiography and literature), of the greek tradition, specially the *athenian classic homoerotism*, in that historical construction. The relationship intended to do is, therefore, between the classical tradition of the helenism and the construction of the homosexuality in the modernity, as well as its political struggle.

---

<sup>1</sup> Daniel Barbosa dos Santos. Mestre e doutorando no programa de pós-graduação do Departamento de História da UFMG. Professor Substituto do Departamento de História da UFMG.

**KEYWORDS:** Homosexuality. Modernity. Helenism.

Há dois aspectos da modernidade que subjazem esta análise e sobre os quais eu gostaria de tecer alguns comentários. Por um lado, Weber evidenciou o processo de emancipação das esferas axiológicas na modernidade. Ele mostrou-nos a autonomização da razão. Baudelaire, a autonomização da arte. Mas, há uma outra esfera que, de forma semelhante, se autonomiza na modernidade, da qual não trataram nem Weber nem Baudelaire, mas o filósofo francês Michel Foucault: a esfera da *sexualidade*. Esta esfera discursiva criou duas identidades originais da modernidade, o *heterossexual* e o *homossexual*. Trata-se, então, de saber como a modernidade criou a *sexualidade*. Por outro lado, pensarei no impacto ou reverberação do *homoerotismo* grego na modernidade, tentando vislumbrar e analisar a construção de uma tradição decorrente desta reverberação e sua relação tanto com a produção da identidade e da *psique* homossexuais quanto com a emancipação da homossexualidade enquanto movimento e pensamento politizados em busca de direitos civis, sociais e políticos.

Na modernidade ocidental, as experiências, os comportamentos e as identidades sexuais são estruturadas pela *sexualidade* enquanto um campo discursivo autônomo, construído por essa mesma modernidade, que interpreta e organiza as experiências e as identidades sexuais na medida que constitui e individualiza o ser no nível do ser sexual. Diferentemente de sexo, que é um fato natural, *sexualidade* é uma construção cultural. Ela representa a apropriação do corpo humano e de suas zonas erógenas através de um discurso ideológico. Essa visão da categoria *sexualidade* está associada, em particular, com o último trabalho de Foucault, *A História da Sexualidade*. Vejamos o trajeto de seu pensamento.

Em suas obras, criativas e originais, Foucault, primeiro, analisou os saberes e seus discursos, propondo um método, a “arqueologia do saber”. Como um saber se constitui? Como se organiza?

Em que condições ele aparece? (FOUCAULT, 1978; 1980; 1981; 1977). Depois, analisou os poderes e suas estratégias. O poder, para Foucault, não é um lugar ou algo que se possui, mas uma prática, uma relação de forças com outras forças. Em seu novo método de investigação, o qual ele chama de “genealogia do poder”, os saberes passam a ter uma função estratégica na rede de dispositivos que constituem o poder. (FOUCAULT, 1977; 1979). Por fim, ele analisou os modos de subjetivação que nos constituíram em momentos determinados da história moderna ocidental. Assumiu um desconstrutivismo filosófico e avançou, com suas investigações, sobre os saberes e os poderes instituídos e sobre os próprios impasses que suas descobertas lhe colocaram (RODRIGUES, 1988).

É nessa terceira fase de suas pesquisas, na qual ele chega aos processos de subjetivação, que se encontra seu passo fundamental em direção ao desvelamento da categoria “sexualidade”. Em sua última obra, a trilogia que forma a *História da Sexualidade*, Foucault analisou a constituição dessa categoria nos discursos das instituições e dos saberes da modernidade.

No volume I, *A vontade de saber*, ele opõe-se à hipótese repressiva e investiga a forma como o sexo não parou de ser estimulado e reverberado pelos discursos produzidos a seu respeito por instituições como a Igreja, a Escola e o consultório médico, e por saberes como a Medicina, a Pedagogia e a Psicologia. Foucault demonstra que, desde o século XVI, e, com maior vigor, a partir do século XIX, a colocação do sexo na ordem dos discursos foi a forma privilegiada das sociedades modernas produzirem a “sexualidade”, tanto a ‘normal’ quanto as ‘desviantes’, sendo a vontade de saber sobre o sexo uma peça essencial de uma estratégia de controle do indivíduo e das populações (RODRIGUES, 1998).

Nos dois volumes seguintes, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, Foucault chega a uma percepção ao mesmo tempo surpreendente e, de certa forma, estarrecedora. Sua análise genealógica sobre as questões do saber e do poder, lança-o num impasse: se o indivíduo é um efeito do poder, quais as suas possibilidades de singularização e de autonomia diante da sociedade?

O poder é relação de forças e se distribui em rede. Portanto, não há um lugar do poder e nada está isento de poder. Se não há um lugar do poder, não pode haver um lugar da resistência. As lutas são formas de resistência na própria rede de poderes. Assim como o poder, a resistência se distribui, como uma rede, em pontos móveis e transitórios, em toda a estrutura social. Seria possível ao indivíduo, como produto do poder, resistir ao que o constitui? Portanto, se, por um lado, o poder é uma relação de forças com outras forças, por outro, a subjetivação é uma relação de forças consigo mesmo. A partir dessas conclusões, Foucault, formulando uma “estilística da existência”, tratará das possibilidades de vida capazes de resistir ao poder e de se beneficiar do saber (RODRIGUES, 1998).

Nesse percurso, Foucault despreendeu “sexualidade” das ciências físicas e biológicas (exatamente como as feministas desprenderam ‘gênero’ dos fatos do sexo anatômico, do dimorfismo somático) e tratou-a, ao contrário, como o conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais por uma certa disposição de uma tecnologia política complexa. Ele divorciou “sexualidade” de ‘natureza’ e interpretou-a, ao contrário, como uma produção cultural. A partir desse enfoque, as perguntas que Foucault faz para compreender historicamente a experiência sexual são: como se constituía a experiência sexual numa dada cultura? Em que termos era construída a experiência sexual? Como a experiência sexual se distinguia de, e se relacionava com, outros tipos de experiências, e como as fronteiras entre esses vários tipos de experiências estavam articuladas? Prazeres e desejos sexuais eram diferentemente configurados para membros diferentes de uma dada sociedade e, se sim, de acordo com quais princípios? Como os termos empregados pelos vários membros dos grupos de seres humanos para organizar suas experiências sexuais operavam conceitual e institucionalmente, de forma a constituírem os seres humanos enquanto sujeitos da experiência sexual? Quais outras áreas da vida estavam implicadas nessa operação? Como a

constituição de sujeitos sexuais relacionava-se com a constituição de outras formas sociais, outras formas de poder e outras formas de saber? (HALPERIN, 1990).

Essas perguntas de Foucault recolocam a relação que existe entre identidades, experiências e comportamentos eróticos e a sociedade como um todo, na qual eles estão inscritos e foram constituídos, e levam o filósofo a uma chave analítica para compreender a lógica dessas identidades, experiências e comportamentos: o processo de subjetivação ao qual o indivíduo e os grupos sociais estão sujeitos em suas sociedades.

Segundo esse argumento de Foucault, então, na modernidade ocidental, a experiência sexual é estruturada pela “sexualidade” enquanto um campo discursivo autônomo, constituído por essa mesma modernidade, que interpreta e organiza a experiência sexual e que constitui e individualiza o ser no nível do ser sexual.

A interpretação construcionista da esfera erótica, segundo a teoria que David Halperin desenvolveu em *One hundred years of homosexuality*, baseia-se nessa concepção foucaultiana de que subjetividades sexuais são socialmente construídas. Na “sexualidade”, a “homossexualidade” e a “heterossexualidade” são categorias construídas no mundo moderno ocidental a partir do século XIX, mediante a polaridade ‘ter relação erótica com pessoa do sexo oposto’ e ‘ter relação erótica com pessoa do mesmo sexo’, responsáveis pela criação de duas subjetividades sexuais *reais* que distinguem profundamente as pessoas. Essas categorias operam, doravante, no sentido de identificar, cada vez mais, o *ser* ou a totalidade psíquica do indivíduo com o *ser sexual*.

Halperin investigou o surgimento e a construção da categoria “homossexualidade”, o que, aliás, já está proposto no título de sua obra: *Cem anos de homossexualidade*, completados em 1992. Ele pôde identificar a formação dessa orientação sexual (HALPERIN, 1990) e verificar que antes do seu surgimento, no século XIX, o que existia era *inversão sexual*. *Inversão sexual* referia-se a uma série ampla de ‘comportamentos desviantes de gênero’, entre os quais o ‘desejo erótico por uma pessoa do

mesmo sexo' era somente um aspecto lógico, mas indistinto, ao passo que a categoria "homossexualidade" concentrava seu foco na questão mais específica da 'escolha de objeto sexual'. A crescente diferenciação entre 'desejo homossexual' e 'comportamentos desviantes de gênero', na passagem do século XIX para o século XX, reflete uma reconceituação maior da natureza da sexualidade humana, sua relação com o gênero e seu papel na definição social dos indivíduos. Em outras palavras, através do século XIX, a preferência sexual por uma pessoa do mesmo sexo não se distinguia de outros tipos de não-conformidade a papéis sexuais culturalmente definidos:

[...] o desvio na escolha de objeto sexual era visto meramente como um dos inúmeros sintomas patológicos exibidos por aqueles que 'invertiam' seus papéis sexuais, adotando um estilo masculino ou feminino em contraposição ao que era estimado natural e apropriado ao seu próprio sexo anatômico. (HALPERIN, 1990, p. 15-16.)

A separação conceitual da "sexualidade per se" das questões de masculinidade e feminilidade tornou possível uma nova taxonomia dos comportamentos e psicologias sexuais inteiramente baseada no sexo anatômico das pessoas envolvidas num ato sexual, isto é, relação erótica 'entre pessoas do mesmo sexo' ou 'entre pessoas de sexo diferente'. O efeito desse processo foi o de obliterar várias distinções que tradicionalmente operavam nos discursos anteriores sobre contatos sexuais entre pessoas de mesmo sexo, as quais diferenciavam radicalmente parceiro sexual ativo de parceiro sexual passivo, papéis sexuais normais de anormais (ou convencionais de não-convencionais), estilo masculino de estilo feminino e pederastia de lesbianismo. Todos esses comportamentos tinham de ser agora classificados igualmente e colocados sob o mesmo definidor comum: as identidades sexuais foram doravante polarizadas pela oposição fundamental definida rigidamente pelo jogo binário compreendido pela semelhança e diferença nos sexos dos parceiros sexuais.

A partir de então, as pessoas passavam a pertencer automaticamente a uma ou a outra das categorias “homossexualidade” e “heterossexualidade”. Fundada a partir de fenômenos comportamentais objetivos, verificáveis e positivos, a nova taxonomia sexual pôde reclamar uma validade descritiva e trans-histórica, o que a possibilitou elevar-se às alturas da cientificidade e ser entronada enquanto um conceito operativo nas ciências sociais (HALPERIN, 1990).

Identificando a construção cultural da “sexualidade”, Halperin mostra a sua constituição e o seu funcionamento. Em primeiro lugar, a “sexualidade” define-se como um domínio sexual autônomo dentro do campo maior da natureza psicológica do homem. Segundo, a “sexualidade” efetua a demarcação e o isolamento conceituais de seu domínio em relação a outras áreas da vida pessoal e social que tradicionalmente trespassavam esse campo, tais como virilidade, intimidade, afeição, paixão, amor, apetite, desejo, para nomear apenas alguns dos velhos requerentes de territórios recentemente reivindicados pela “sexualidade”. Por fim, a “sexualidade” gera identidade sexual: ela dota cada um de nós com uma natureza sexual individual, com uma essência pessoal definida, pelo menos em parte, em termos especificamente sexuais (HALPERIN, 1990).

As identidades sexuais concebidas na “sexualidade”, não devem ser confundidas com identidades e papéis femininos e masculinos. Realmente, uma das principais funções conceituais da “sexualidade” é distinguir, de uma vez por todas, identidade sexual de implicações de gênero, separar tipos de predileção sexual de graus de masculinidade e feminilidade. Isto é precisamente o que torna a “sexualidade” estranha para o espírito das culturas mediterrâneas antigas. Esse enfoque da sexualidade, útil como um modo de pensar sobre sexo em história e sociedade, também é sustentado pela evidência antiga. As tipologias sexuais antigas geralmente derivavam seus critérios para categorizar as pessoas não de sexo, mas de gênero. Os antigos tendiam a interpretar o desejo sexual como normativo, se esse desejo impelisse o ator social a se conformar com o seu papel masculino

convencionalmente definido, ou como desviante, se o impelisse a violar esse papel (HALPERIN, 1990).

Vista desse ângulo, a “sexualidade” (ou a forma como as identidades sexuais são articuladas e a forma como as experiências eróticas são produzidas na modernidade ocidental) não é uma característica universal da natureza humana e, conseqüentemente, ela não existe independentemente da cultura. Em última análise, como afirma Halperin, a “sexualidade”

[...] representa a apropriação do corpo humano e de suas zonas erógenas por um discurso ideológico [...] e uma viragem na forma de conceituar, experimentar e institucionalizar a natureza humana, uma viragem que, juntamente com outros desenvolvimentos, marcam a transição para a modernidade na Europa ocidental e setentrional. (HALPERIN, 1990, p. 25)

Robert Padgug (1979), um dos autores nos quais Halperin se baseia para interpretar a categoria “sexualidade”, analisa a conexão entre a moderna interpretação da “sexualidade”, enquanto um domínio autônomo, e a construção moderna das identidades sexuais. Esse autor diz que

A pressuposição mais comum sobre a sexualidade é a de que ela é uma categoria separada da existência (como ‘a economia’ ou ‘o estado’, outras esferas da realidade supostamente independentes), quase idêntica com a esfera da vida privada. Tal visão localiza a sexualidade, como uma essência fixa, dentro do indivíduo [...] levando a uma variedade de determinismos psicológicos e, muitas vezes, também, a um determinismo biológico. O efeito disso é elevar as categorias sexuais contemporâneas à condição de categorias universais, estáticas e permanentes, apropriadas para a análise de todos os seres humanos e de todas as sociedades. (PADGUG apud HALPERIN, 1990, cap. 1, nota 49).

Um dos grandes avanços da abordagem construcionista foi justamente o de detectar, analisar e denunciar esses determinismos aparentes ao afirmar e demonstrar o convencionalismo cultural da esfera da “sexualidade” na constituição da modernidade.

Halperin afirma que o estudo da vida sexual na antiguidade torna mais visível o comprometimento cultural implicado na categoria “sexualidade” e suas subcategorias (“homossexualidade” e “heterossexualidade”), o que permite a ele concluir que essas categorias são formas de vida erótica relativamente recentes e altamente determinadas pela cultura moderna. Portanto, tais identidades sexuais não são válidas para todos os seres humanos em todos os tempos e lugares, mas modos peculiares e excepcionais de conceituar e de experimentar desejos eróticos.

A análise da historiografia e da literatura referentes ao “homoerotismo” ateniense clássico – de sua multiplicidade de abordagens, das imagens deste “homoerotismo” geradas no seu curso e das relações entre estas imagens e o debate em torno da construção da identidade homossexual no mundo moderno – poderá ser feita tendo-se como fundamentação teórico-metodológica o campo das Culturas Políticas (BERSTEIN, 1998).

Julgo que este objeto de pesquisa transita na fronteira em que se cruzam a história cultural e a história política. E o fato de não tratar aqui nesta análise de uma cultura política constituída, não torna impertinente, neste caso, o uso deste campo teórico-metodológico, pois o que afirma Berstein a respeito da ecologia e da “corrente feminista”, pode ser aplicado logicamente à “homossexualidade”, isto é, são as novas correntes surgidas no campo do político, embora não possua, cada qual, cultura política “constituída”.

Portanto, embora não possua uma cultura política “constituída”, a homossexualidade toca o político. Tem que tocá-lo, na medida em que, o homossexual, surgindo como sujeito específico, com uma novidade idiossincrática, no plano das sociedades modernas, quer se afirmar enquanto um elemento social na luta pelos seus direitos civis, sociais e políticos. E a expansão de uma tal expressão social caminha integrada no jogo político da democracia, apoiando-se nele e por meio dele, e em muitos casos, assumindo uma postura comumente identificada como de “esquerda”, para a efetivação de suas conquistas em direção à justiça social, à cidadania e à integração (ou não) na sociedade.

“Que o cultural prepara o terreno do político aparece desde já como uma evidência de que alguns retiraram estratégias.” (BERSTEIN, 1998, p. 357). Procurando um possível vetor pelo qual passa a integração de uma cultura (subcultura?) que “toca o político”, como acredito que seja o caso da expressão da homossexualidade, aposto na longa historiografia que tenta traduzir para a modernidade o fenômeno da relação homoerótica dos antigos gregos, fazendo deste fenômeno uma espécie de espelho no qual deve refletir modelos e contra-modelos históricos, que podem se tornar ou artefatos para usos políticos ou referências iluminadoras para se pensar e exprimir a homossexualidade em seu *locus* original, a modernidade.

Pode-se estabelecer como ponto de partida do movimento que, doravante, colocará a homossexualidade num embate político contra a sua repressão e na concomitante busca de sua identidade a passagem do século XIX para o XX, momento em que ocorrem perseguições e procedimentos jurídicos, tais como o processo Eulemberg, em 1907, na Alemanha; o processo Oscar Wilde, em 1895, na Inglaterra, e os inquéritos contra a homossexualidade na marinha dos Estados Unidos a partir de 1919. Inicia-se, então, neste período, um procedimento de patologização da homossexualidade, com grande ênfase na sua abordagem clínica, considerada “científica”. Dois vetores despontam. O primeiro, favorável à homossexualidade, na Alemanha, tendo Magnus Hirschfeld (1868-1925) à frente, culminou na criação do Instituto de Promoção Humanitária, em 1897, em Berlim, e no jornal *Der Eigene*, primeiro periódico voltado exclusivamente para um público homossexual. Esse grupo de simpatizantes, valendo-se largamente do clima permissivo da cidade de Berlim sob a República de Weimar (1919-1933), elaborou um complexo sistema de interpretações e, principalmente, de intervenção social na defesa de homossexuais. Mas, dividido por querelas interpretativas sobre a natureza da homossexualidade e dos diversos *modos de vida* dos homossexuais, o movimento deu origem a três grupos distintos, um dos quais, os cultores do amor grego, ou *Vênus urânica*, voltados para o culto, platônico ou não, de jovens e adolescentes (os “efebos”). No segundo vetor, passava-se da ca-

racterização moral (a condenação como depravação e pecado) para a busca de uma causa médica da homossexualidade – física ou psíquica – e sua conseqüente cura ou controle, até a sua extinção física (uma abordagem cientificista da homossexualidade). Nesta teoria, formulou-se a tese básica do trauma original: a sedução e o intercurso homossexual, enquanto primeira experiência sexual do indivíduo, marcariam para todo o sempre o seu comportamento, originando-se, no trauma inicial, a homossexualidade. Num clima político que misturava eugenismo, nacionalismo e racismo, a tese justificou inúmeros procedimentos de normalização, uma vigilância redobrada sobre os meninos e os que tivessem acesso a eles, desencadeou uma repressão policial nas décadas subseqüentes e o pânico devido à possível propagação dos homossexuais na sociedade. Assim, a homossexualidade foi definida como ameaça ao Estado e ao bem-estar da comunidade nacional, devendo ser controlada ou exterminada (SILVA, 2000, p. 239-240).

Para este período, podemos pensar em duas ordens de fontes: as obras de Oscar Wilde, principalmente, talvez, *O Retrato de Dorian Gray* (WILDE, 2000), e as referências aos cultores do amor grego do *Círculo de Berlim*.

A partir da década de 1920, o Fascismo viu-se – para efeito de credibilidade – obrigado a eliminar de suas fileiras os homossexuais, ainda que, desde as suas origens, o movimento fascista se identificasse com organizações que mantinham algum tipo de vínculo ou utopia homossexual, de nítido caráter falocrata e misógino. O “efebismo” filo-helênico e o virilismo, com seu elogio caricato aos aspectos visuais mais marcantes da masculinidade, chegando-se mesmo à construção de um tipo, o homem fascista, como um cabide de caracteres sexuais masculinos exacerbados, acabaram por ter guarida nas fileiras fascistas. A ambigüidade é gritante: com o rompimento entre Hitler e Ernst Röhm, deu-se a execução de inúmeros líderes nazistas das SA na chamada *Noite das Longas Facas*. Uso medonho do *efebismo* pela estética e moral nazi-fascistas. A partir deste episódio, a homossexualidade será alçada ao nível de preocupação permanente do Estado nazista. Descrente dos métodos médicos, embora prossiga

com cruéis pesquisas médicas, como na clínica Virchow e nos campos de concentração, o nazismo irá iniciar uma terrível campanha de extermínio, dirigida pela Gestapo e pelas SS, sob o comando, em especial, de Heinrich Himmler. Embora tenha procurado exterminar da sociedade – e de suas fileiras – a homossexualidade, o fascismo manteve uma profunda ambigüidade até o seu final, gerada em boa parte na cultura machista, misógina e falocrata das associações masculinas do período weimariano: a estética fascista valoriza um poderoso viés virilista e falocrata expresso na escultura, na pintura ou mesmo na literatura (SILVA, 2000).

No pós-guerra surge uma outra tentativa de descrever a homossexualidade, retomando-se agora Freud. Nesta perspectiva, a homossexualidade começou a ser tratada como “desvio” e não mais como “doença”. Portanto, duas correntes desenvolveram-se neste período: um grupo voltado para a cura e um grupo interessado no alívio da dor psíquica decorrente da inadequação entre preferência sexual e cultura (SILVA, 2000).

Principalmente a partir da década de 1940, um longo e rico debate sobre o “homoerotismo” ateniense clássico permeou a historiografia da sexualidade. Podemos encontrar em sua construção diversas abordagens, com múltiplos propósitos. No final do século XX delineiam-se duas abordagens principais: o “essencialismo” e o “construcionismo”.

Desde Henri-Irenée Marrou, na década de 1940, passando por Werner Jaeger, Felix Buffière, Kenneth J. Dover, Michel Foucault, Bernard Sergent, John Boswell, Paul Veyne, Catherine Salles, Jacques Mazel, Claude Calame, Jan Bremmer, entre outros, até a constituição da abordagem “construcionista” (DAVID M. HALPERIN, JOHN J. WINKLER, JEAN-PIERRE VERNANT, NICOLE LORAUX) e as recentes teses de Martin F. Kilmer e de Keith DeVries, ainda na década de 1990, o caminho é longo e amplo em debates.

Em sua obra *História da Educação na Antiguidade* da década de 1940, Marrou manteve uma abordagem prudente e embaraçosa no que diz respeito a esse aspecto do helenismo. Ele negou para a relação *Erastes/Eromenos* qualquer caráter

erótico, reduzindo-a, a despeito dos textos e das imagens, “a uma camaradagem masculina, militar ou pedagógica, que somente condições excepcionais e a fraqueza da carne podiam transformar num corpo-a-corpo ilícito” (SARTRE, 1999, p. 5). Naquele momento, como vimos, época de extraordinário autoritarismo e extremado conservadorismo, fortes interdições pesavam sobre a homossexualidade no mundo ocidental, justificando, em parte, a superficialidade das análises e as concepções de Marrou.

A situação permaneceu assim até a liberalização dos costumes, nos Estados Unidos e na Europa, nos anos 1960/70, período em que se inicia uma revisão radical dos conhecimentos e das concepções sobre o *homoerotismo* ateniense clássico.

Entre 1967 e 1969, em cidades como Nova Iorque, Amsterdã ou Berlim, ocorre uma revolta libertária por parte dos homossexuais, transformada em grande parte em uma revolução comportamental, contra o preconceito e a repressão. Assumia-se a condição homossexual como um desafio político perante a família e o Estado, identificados com a repressão social. O uso do corpo assumia as feições de uma arma contra a ordem. Em 26 de junho de 1969, ocorre o episódio da Christoph Street, no Greenwich Village, em Nova Iorque, que acaba por originar a parada do orgulho gay. Neste dia, a polícia de Nova Iorque invade o *Stonewall Inn*, um *Queer Bar*, um bar misto com grande frequência de trabalhadores pobres, inclusive latinos, gays e travestis. Após as habituais humilhações, o público reage e degenera em luta de rua, com importante participação dos travestis. Depois de vários dias de luta nas ruas de Greenwich Village homossexuais resolvem organizar uma luta permanente contra o preconceito e a humilhação. Neste processo, gays, mulheres e negros caminharam juntos, assumindo uma postura de “esquerda” (SILVA, 2000).

Foi nesse clima que Buffière efetuou uma análise “[...] de uma abundante poesia erótica masculina pouco equívoca em suas descrições e muito precisa quanto à evocação do prazer dos amantes” (SARTRE, 1999, p. 5) no seu *Eros adolescent: la pédérastie dans la*

*Grèce antique*. Dover, em sua obra *A Homossexualidade na Grécia Antiga*, fez um grande estudo lexical e iconográfico, da prostituição masculina e da legislação na Atenas clássica, evidenciando a real amplitude das relações eróticas entre homens.

Assim caía um tabu implícito, pois Kenneth Dover sublinhava ao mesmo tempo a freqüência do fenômeno pederástico e a dimensão sexual das relações amorosas, que iam além da amizade viril de companheiros de caserna ou do vínculo privilegiado de ordem pedagógica, mais espiritual que carnal. (SARTRE, 1999, p. 5).

Faltava ainda, no entanto, uma análise que explicasse o “homoerotismo” ateniense clássico, já que tanto Dover quanto Buffière concentraram-se muito mais nas descrições que nas explicações ou análises do fenômeno. Na seqüência, o estudo de Sergent, *Homosexuality in greek myth* que analisou os mitos gregos e textos históricos quase etnográficos relativos a Creta, Esparta, Atenas, mas também aos celtas, germanos e iranianos, mostrou que as práticas evocadas por estes textos inserem-se nos ritos de passagem, que marcam a integração dos jovens à sociedade dos adultos. A questão é que, embora Sergent não reduzisse a homossexualidade exclusivamente à função ritual – práticas de exclusão e de marginalização, seguidas de inversão dos papéis usuais e, enfim, de reintegração no grupo – suas conclusões pareciam levar, quase que inevitavelmente, a pensar que a codificação do rito iniciático primitivo fundava a legitimidade da prática erótica concomitante ao rito, o que reduzia enormemente o fenômeno, ao considerar apenas uma de suas facetas (SARTRE, 1999).

Boswell, um dos maiores adversários da tese de Sergent, veio à tona com a sua obra *Christianity, Social Tolerance and Homosexuality: Gay people in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century*, demonstrando a generalização da homossexualidade no meio dos clérigos e dos bispos dos primeiros séculos da Idade Média e que a condenação cristã não encontrava justificação nas escrituras sagradas (SARTRE, 1999).

Os argumentos de Boswell, que fundam a legitimidade de uma homossexualidade que só teria sido atacada a partir do triunfo das idéias de Tomás de Aquino, remetem-no claramente para um enfoque “essencialista”. Segundo este autor, a heterossexualidade e a homossexualidade são essências do ser humano, independentemente de sociedade e cultura. Assim, vendo a homossexualidade entre os antigos, pagãos e cristãos, parecia que Boswell “[...] preocupava-se mais em buscar na Antiguidade argumentos para alimentar os debates atuais do que em compreender por eles mesmos os comportamentos dos gregos e, de maneira mais geral, dos antigos” (SARTRE, 1999, p. 5).

A década de 1980 foi um momento de crescimento do conservadorismo, especialmente após a eleição de M. Thatcher (1979) na Inglaterra e Ronald Reagan (1981) nos Estados Unidos e com o início do pontificado de João Paulo II (1978). Também esta é a década em que surgem a Aids e todos os problemas morais em que ela implicou. A plataforma conservadora de ambos os políticos – principalmente no tocante à educação e serviços públicos de saúde, assim como no apoio a atividades culturais – muitas vezes levou a um enfrentamento direto com o movimento social oriundo de 1968, particularmente sobre pontos relativos ao livre exercício do aborto e ao reconhecimento civil da parceria homossexual. O conservadorismo social e a descrença na ação educativa do Estado, em especial contra o preconceito, permitem o avanço de um cientificismo totalmente desprovido de qualquer base e capaz de forjar comportamentos clínicos altamente duvidosos. Surge um novo clima de patologização da homossexualidade, recusando-se a aceitar qualquer possibilidade explicativa baseada em dados culturais. Nessa visão, a homossexualidade teria origem orgânica e estaria muito possivelmente inscrita no código genético das pessoas, sendo possível mesmo identificá-la e, quem sabe, curá-la ou exterminá-la (SILVA, 2000, p. 243).

Foi também na década de 1980, e contra a maré conservadora que ela trouxe, que vários autores colaboraram para a criação do “Construcionismo”. O enfoque essencialista será radicalmente

criticado pela abordagem construcionista. A interpretação construcionista afirma que as experiências sexuais são construções culturais, isto é, em cada sociedade essas experiências são estruturadas de uma forma específica. Portanto, elas são consideradas categorias históricas, e não categorias universais ou naturais.

Segundo a abordagem construcionista, as experiências e as identidades sexuais na modernidade ocidental são estruturadas pela “sexualidade”, enquanto um campo discursivo autônomo, construído por essa mesma modernidade, que interpreta e organiza as experiências e as identidades sexuais na medida que constitui e individualiza o ser no nível do ser sexual. Diferentemente de sexo, que é um fato natural, *sexualidade* é uma construção cultural. Ela representa a apropriação do corpo humana e de suas zonas erógenas por meio de um discurso ideológico.

As imagens do “homoerotismo” construídas ao longo desta historiografia desencadearam tensões e debates políticos, em parte implícitos e em parte explícitos na própria escrita de cada obra, na sucessão delas e no diálogo entre elas, e fundamentalmente no diálogo entre elas e o *establishment*. Vimos acima, a título de exemplos, primeiro, a militância de Boswell e as críticas deste autor ao reducionismo de Sergent, que na avaliação de Boswell, reduzia as relações homoeróticas entre os antigos, consideradas por ambos como homossexuais, a um rito iniciático. Depois, as críticas do *construcionismo*, abordagem que recusa as categorias de análise homossexualidade, heterossexualidade e sexualidade para a Grécia antiga, às teses de Boswell. Estamos lidando com o uso de argumentos históricos como instrumentos políticos. Isto é, estamos lidando, em muitos casos, não apenas com mudanças teóricas e metodológicas, mas, também, com mudanças ideológicas e os usos políticos delas. Não estaríamos também lidando com invenções de tradições?

Em outras palavras, é possível verificar, no desenrolar desta historiografia, um debate político contemporâneo sobre os direitos de cidadania dos homossexuais, a construção da identidade homossexual e a visibilidade da homossexualidade no plano da

democracia vigente. Considero que “[...] o agente racional humano que tenha adquirido consciência histórica (fundamentada argumentativa, discursivamente) dispõe de elevado grau de probabilidade de influir sobre a orientação pessoal e social do agir” (MARTINS, 2002, p. 18).

Por um lado, considero importante discutir cada obra historiográfica e literária como produção de seu tempo, investigando o uso que se fez do fenômeno grego em cada ambiente político e cultural. Por outro, será necessário estabelecer uma linha de congruência, de diálogos entre as discussões possíveis nestas obras e o movimento que quer colocar/liberar/integrar na sociedade, por meio de um comportamento ou ação política, um novo ator social: o homossexual. Certamente, poderemos verificar nesta interação, entre o moderno e o antigo, relações de franco apoio, precedência, continuidade, militância, ambigüidade, repúdio, conhecimento histórico e esclarecimento teórico. Trata-se da investigação de um aspecto do helenismo na modernidade.

## REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALPERIN, David M. *One hundred years of homosexuality and other essays on greek love*. New York, London: Routledge, 1990.

MARTINS, Estevão de Rezende. "Historiografia contemporânea: um ensaio de tipologia comparativa". *Varia História*. Belo Horizonte, 2002.

PADGUG, Robert A. *Sexual Matters: on conceptualizing sexuality in History*. *Radical History Review*, 1979.

RODRIGUES, Valter. "O pensamento como máquina de guerra", *Educação*. Rio de Janeiro, 1998.

SARTRE, Maurice. "Ritos e prazeres gregos". *Caderno Mais*, Folha de S. Paulo, outubro, 1999, p. 5.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Homossexualidade e fascismo". In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANA, Alexander Martins. *Dicionário Crítico do Pensamento de Direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

\_\_\_\_\_. "Homossexualidade e política". In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANA, Alexander Martins. *Dicionário Crítico do Pensamento de Direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

\_\_\_\_\_. "Homossexualidade e revolta". In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANA, Alexander Martins. *Dicionário Crítico do Pensamento de Direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. São Paulo: Martin Claret, 2002.